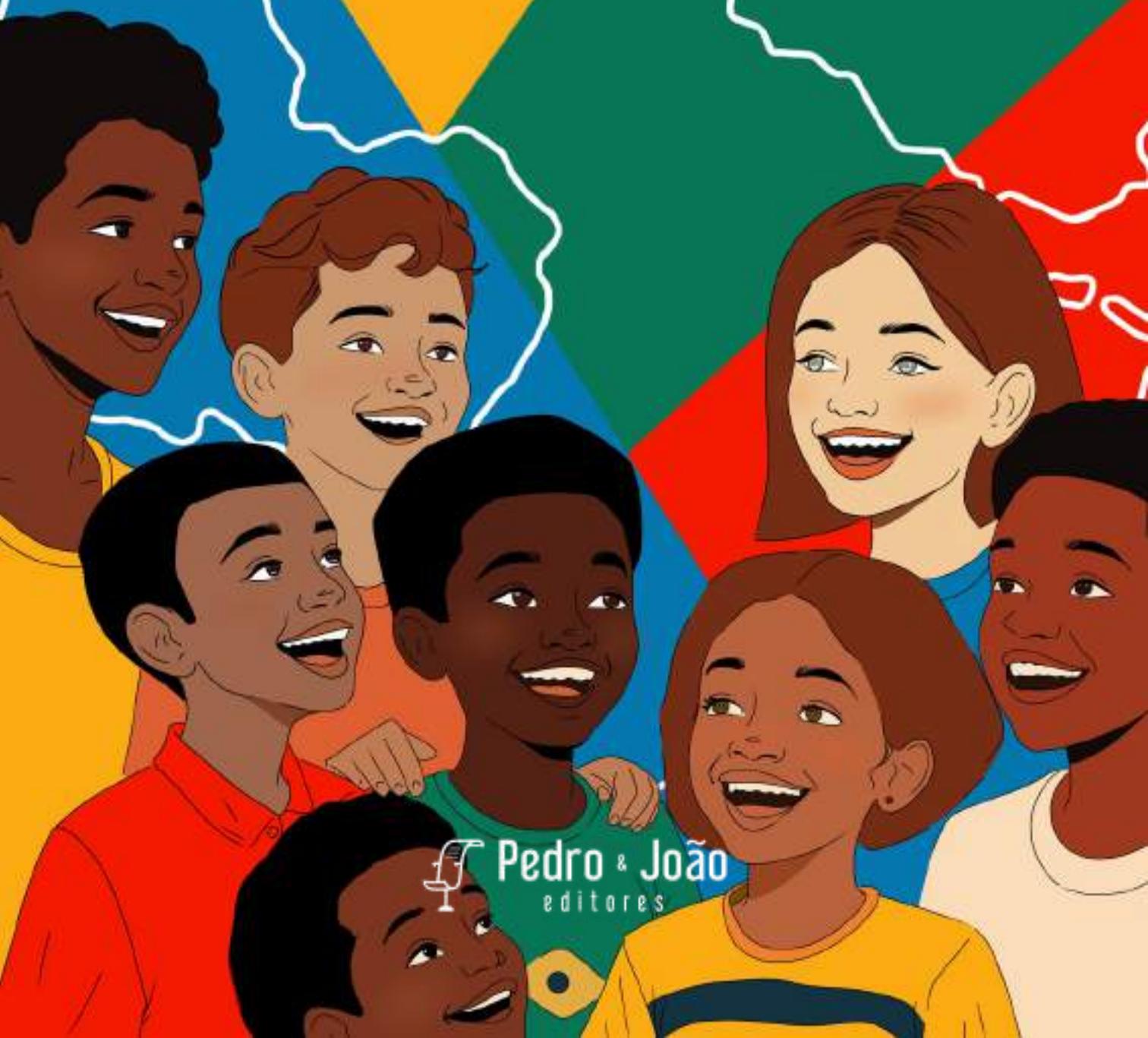


CONTRACOLONIZANDO DIREITOS
HUMANOS, INFÂNCIA
E JUVENTUDE:

INSPIRAÇÕES PARA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
AÇÕES POPULARES E
PARCERIAS
SUL-SUL



Pedro & João
editores

COORDENAÇÃO

- Andréa Pires Rocha

COLABORADORES/AS - CONSTRUÇÃO DA CARTILHA

- Adeildo Vila Nova
- Adriane Trannin Domingues Cavassani
- Ana Clara Sampaio Ferreira Pontes
- Caroliny de Souza do Nascimento Cardoso
- Clara Maria de Carvalho
- Daniel Cassongo Caji Cahango
- Danielle Lima Almeida
- Emanuel Pedro Santana Mateus
- Fernando Weiber
- Geovana da Câmara Silva
- Hwimma da Conceição F. Rodrigues Mavinga
- Ivan Felisberto Mussivane
- Jorge Willian da Silva dos Santos
- Letícia Acosta Gomes Garcia
- Letícia Bizerra Cherobim
- Letícia Pequeno Sampaio
- Luana Souza dos Santos Melo
- Natalia Micheli Villa
- Paloma Andressa Xavier de Paula
- Paulo Sérgio Rodrigues Pesce
- Thiago Aranha

COLABORADORES - ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

- Amor Antônio Monteiro, UCAN – *Universidade Católica de Angola*
- Castro Chilaule, AAIED – Associação Acadêmica e de Inovação Espinha Dorsal - Moçambique
- Emídio de Brito Belarmino Moiana, UEM – *Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique*
- Hélder Pires Amâncio, ISArC - Instituto Superior de Artes e Cultura; UEM - *Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique*
- Joaquim Miranda Maloa, UniRovuma – *Universidade Rovuma - Moçambique*
- José Francisco dos Santos, UTFPR – *Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Brasil*

EXTENSIONISTAS QUE AUXILIARAM NO CURSO

- Diogo Estevam Claudino da Silva
- Rafael Rocha Franskoviaki
- Stefany Amaral de Souza
- Victória Puerta Pereira

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

- Geisy Ramos

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Andréa Pires Rocha [Org.]

Contracolonizando direitos humanos, infância e juventude: inspirações para extensão universitária, ações populares e parcerias sul-sul. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 48p. 20 x 28 cm.

ISBN:978-65-265-2017-5 [Impresso]

978-65-265-2016 -8 [Digital]

1. Direitos humanos. 2. Infância e juventude. 3. Extensão universitária. 4. Brasil. 5. Angola. 6. Moçambique. 7. Literatura. 8. Música I. Título.

CDD – 370

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação e capa: Geisy Ramos

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores: Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP 2025

CONTRACOLONIZANDO DIREITOS HUMANOS, INFÂNCIA
E JUVENTUDE:
INSPIRAÇÕES PARA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
AÇÕES POPULARES E PARCERIAS SUL-SUL

SUMÁRIO

PREFÁCIO

5

APRESENTAÇÃO

6



CAP 1 – CONTRACOLONIZANDO DIREITOS HUMANOS, INFÂNCIA E JUVENTUDE

10

- *Por que contracolonizar os direitos humanos?* 10
- *Por que precisamos falar tanto disso?* 12
- *O que é contracolonização?* 15
- *Indicações de filmes* 18



CAP 2 – DIREITOS HUMANOS VOLTADOS À INFÂNCIA E JUVENTUDE: ELES EXISTEM, MAS FUNCIONAM?

21

- *Principais normativas internacionais sobre os direitos da infância, juventude, das mulheres e antirracistas* 22
- *Desafios da efetivação de direitos para as infâncias e juventudes do sul global* 27



CAP 3 – INSPIRAÇÕES EM PAULO FREIRE, CONCEIÇÃO EVARISTO E BELL HOOKS

30

- *Paulo Freire: Educação com prática da liberdade* 31
- *bell hooks: Movimentos de amor e educação crítica* 32
- *Conceição Evaristo: A voz e a experiência vivida* 33
- *Leituras e conteúdos sugeridos* 34



PARTE FINAL – EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS EM BRASIL, ANGOLA E MOÇAMBIQUE

37

- *Considerações* 45

PREFÁCIO

Travessias contracoloniais

Esta cartilha conecta memórias e saberes dos territórios do Sul Global — Brasil, Angola e Moçambique. Apresenta, ainda, um diálogo com o leitor, permeado pelas vozes dissidentes em colóquio com a literatura, com a música, com a socialização de propostas de resistência, além de sugerir travessias contracoloniais.

Você encontrará, nestas páginas, conhecimentos compartilhados por pessoas (estudantes, pesquisadores e militantes sociais) que, mesmo marcadas pela colonialidade, ousam não se calar e seguem protagonizando suas resistências, propagando seus saberes e contracolonizando a realidade nos campos dos Direitos Humanos, da Infância e da Juventude.

Dentro desse diálogo, três trilhas foram escolhidas: a) o enfrentamento às estruturas coloniais e racistas que ainda moldam nossas sociedades; b) a reflexão sobre os marcos legais e normativos, nacionais e internacionais, voltados aos direitos de crianças, adolescentes e jovens; c) a partilha de experiências inspiradoras que brotam nos territórios, na atuação com o público infantojuvenil e na promoção de uma educação em Direitos Humanos viva, plural e libertador.

Nessa caminhada que integrou ações de extensão universitária e pós-graduação, desenvolvidas no âmbito Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) acolhe essa cartilha ansiando que ela ultrapasse as páginas e se torne um instrumento político, pedagógico e afetivo.

Que sua leitura inspire ações no campo dos direitos humanos contracoloniais e construa percursos para questionar, tensionar e transformar. Desejamos, ainda, que ela incentive novas escritas, outras práticas, novas alianças e outras formas de caminhar — ancoradas no direito, na dignidade, pela liberdade e pela esperança de quem sabe que o sonho coletivo movimenta fronteiras e pode gerar novas práticas.

Sigamos fazendo a travessia.

Marleide Rodrigues da Silva Perrude

Professora do Departamento de Educação, pesquisadora e coordenadora do NEAB.

*Universidade Estadual de Londrina
Inverno de 2025*

APRESENTAÇÃO

Algumas palavrinhas iniciais: contracolonizar para transformar!

*Há um menino, há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança
Ele vem pra me dar a mão*

*Há um passado no meu presente
Um Sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra
O menino me dá a mão*
(Milton Nascimento)

Essa cartilha nasce do sonho da luta que atravessa continentes a partir de trocas entre países do sul-global. Reunimos vozes do Brasil, de Angola e de Moçambique para refletir, de forma crítica e afetuosa, sobre os direitos humanos voltados à infância e juventude nesses países. Inspirados por pensadoras e pensadores como Paulo Freire, bell hooks e Conceição Evaristo, criamos um espaço de troca entre estudantes, docentes, pesquisadoras e ativistas de diversos territórios que compartilham histórias de luta, resistência e criatividade.

Nosso ponto de partida foi o curso *Contracolonizando Direitos Humanos, Infância e Juventude*, ofertado de forma online e gratuita para participantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e do Brasil.

A proposta surgiu da união entre o projeto de extensão “Aquilombando a Universidade: fluxos de educação e resistências Sul-Sul” e a pesquisa internacional “JUVIVE – Juventude(s), Identidade(s) e Vivências Juvenis: miradas Sul-Sul”.

Durante os encontros, debatemos normativas internacionais, trocamos experiências de extensão, ouvimos relatos inspiradores e, principalmente, produzimos troca de conhecimentos a partir do intercâmbio sul-sul.

O curso foi pensado como um espaço de formação crítica, diálogo intercultural e fortalecimento de alianças entre os povos do Sul Global, afinal de contas,

*É nossa cara fazer a vida ser certa mais que a morte
Eu me refaço após cada passo
(Emicida)*

A experiência também integrou ações de extensão universitária e pós-graduação, desenvolvidas no âmbito Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) por meio do edital - PROPPG/PROEX – 01/2024, vinculado ao Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG). Além disso, a realização das atividades e a ida para o lançamento em Angola e Moçambique, foi financiado com os recursos deste edital, somados com a taxa de bancada da Bolsa Produtividade em Pesquisa - CNPQ-PQ2 da coordenadora do Projeto.

A formação foi dividida em três eixos temáticos:

- 1.** O enfrentamento às estruturas coloniais e racistas que ainda organizam nossas sociedades;
- 2.** Os marcos legais e normativos nacionais e internacionais voltados aos direitos de crianças, adolescentes e jovens; E
- 3.** a apresentação de experiências inspiradoras na atuação com o público infanto-juvenil e a educação em Direitos Humanos.

A partir desses eixos, os encontros promoveram reflexões profundas sobre como a colonialidade se perpetua nas instituições e nos discursos, e como é urgente construir práticas contra-coloniais, que reconheçam os saberes e direitos dos

povos historicamente marginalizados pelo colonialismo e que se situam em um contexto do capitalismo dependente, periférico regido pelo neoliberalismo de cunho penal.

ACESSE O CURSO
ATRAVÉS DO QR CODE OU
CLICANDO **AQUI!**



O conteúdo aqui apresentado foi produzido coletivamente e traz as reflexões apresentadas no curso de forma mais dinâmica, com o objetivo de ser um instrumento pedagógico, político e afetivo, que possa ser replicado em diferentes contextos educativos, formativos e rodas de conversa. É um convite à escuta, ao diálogo e à ação comprometida com os direitos humanos, com a justiça social e com o respeito às infâncias e juventudes negras, indígenas, periféricas e da classe trabalhadora.

Com linguagem acessível e conteúdos construídos a partir das Epistemologias do Sul, esperamos que este material contribua para fortalecer o protagonismo juvenil, valorizar as resistências nos territórios e ampliar a consciência crítica sobre os direitos que nos pertencem mas que nos são negados. Aqui você encontrará informações sobre legislações nacionais e internacionais e políticas públicas. Mas também encontrará caminhos construídos por gente que vive e luta nas periferias, quilombos, movimentos, coletivos e comunidades urbanas e rurais — porque falar em direitos humanos é também valorizar saberes populares e resistências cotidianas. Esta cartilha é, portanto, um guia para quem deseja sonhar e agir por uma infância e juventude mais protegida, mais escutada e mais potente.

Que ela inspire novas ações, novas alianças e novas formas de existir no mundo com dignidade, liberdade e alegria. Vamos juntas, juntos, juntas contracolonizar e despertar o menino e a menina que está dentro do nosso coração, como canta nosso mestre Milton Nascimento!

com afeto e resistência,

Andréa Pires Rocha,
Coordenadora do projeto, doutora em Serviço Social e eterna aprendiz

1

CONTRACOLONIZANDO DIREITOS HUMANOS, INFÂNCIA E JUVENTUDE

✿ **Por que contracolonizar os Direitos Humanos?**

Você já se perguntou por que o Sul global continua mais pobre e por que os Direitos Humanos não chegam para todo mundo? Para responder a essas perguntas, é preciso olhar com atenção para a história, especialmente a forma como o colonialismo europeu moldou o mundo em que vivemos a partir do racismo e do patriarcado, que justificou diferentes formas de violência, dentre elas o genocídio dos povos indígenas brasileiros e o sequestro dos corpos negros africanos levados em uma diáspora forçada para o Brasil. Durante séculos, países como Portugal construíram impérios baseados na ocupação de territórios, expropriação de riquezas naturais, genocídio dos povos indígenas e na escravização de povos africanos. Krenak chama a atenção para o fato de que os europeus saíram colonizando mundo a fora construindo a ideia de que estavam iluminando territórios e seres inferiores. Essa colonização não foi só territorial, mas também cultural, ideológica, política e econômica. A Igreja, por exemplo, teve papel central na legitimação dessas violências, em nome da “civilização” e da fé. Infelizmente essa é a história dolorida que une os países que compõem o PALOP com o Brasil.

Conheça Ailton
Krenak!



Já na modernidade, quando a compreensão sobre os Direitos Humanos passa a ser desenhada a partir do pensamento Liberal, o que a história nos mostra é que os tais direitos humanos nunca foram para todos os humanos. como nos explica Fanon.

Como assim? A questão é que as pessoas consideradas dignas desses direitos eram os burgueses europeus, brancos, homens e proprietários de bens e de terras. E, como ensina Achille Mbembe, todas as pessoas que estão fora desses padrões, são vistas como “os outros”, passíveis de violência, escravidão, exploração e morte. É importante lembrarmos que Marx demonstra como se deu o processo de acumulação primitiva, debate esse que Eric Willians, um pensador pós-colonial, traz a partir de mediações importantes que dialogam com a realidade do sul-global. O que queremos dizer é que a exploração da força de trabalho de pessoas escravizadas foi essencial para a consolidação do modo de produção capitalista. E, atualmente, mesmo sob a manta hipócrita da liberdade, o capitalismo persiste ancorado no racismo e no patriarcado para agravar suas perversas formas de exploração.

*Naquela roça grande
tem café maduro
e aquele vermelho-cereja
são gotas do meu sangue
feitas seiva.*

[...]

*Quem faz o branco prosperar,
ter barriga grande
ter dinheiro?*

-Quem?

*E as aves que cantam,
os regatos de alegre serpentear
e o vento forte do sertão, responderão
"Monangambééé..."*

(Ruy Mingas)

Em síntese, essa lógica de exploração possibilitou que alguns países estivessem na ponta do capitalismo, especialmente do norte global – primeiro Europa e depois entra no grupo a América do Norte. Foi assim que os países do sul global foram inseridos na ordem do capital de forma dependente e periférica.

Outra pergunta comum: se o colonialismo “acabou”, porque precisamos falar tanto disso?

Em aspectos econômicos e formais, o colonialismo acabou, porém suas marcas seguem vivas nas formas de pensar, nas instituições e nas desigualdades sociais. É o que Quijano chama de colonialidade do saber, do ser e do poder. O racismo e o patriarcado, bases ideológicas do colonialismo, determinam as desigualdades globais e determinam as diferenças de classes sociais no contexto do modo de produção capitalista. A infância e a juventude também são afetadas por essas dinâmicas. Ser criança ou jovem em Angola, no Brasil ou em Moçambique não é igual, mas temos algumas marcas em comum, no entanto, precisamos compreender as particularidades de nossas experiências moldadas pela história, pela cultura e pelas condições sociais. Por isso dizemos que infância e juventude são construções sociais (Groppo).

Contra-colonizar os direitos humanos envolve romper com visões tidas como universais, que são assentadas no racismo e no patriarcado, pois ignoram as desigualdades vividas por pessoas racializadas, que não seguem a normatividade de gênero ou a heteronormatividade, pobres e periféricas.

São vários os pensadores populares negros, indígenas e afrolatinoamericanos, que irão apontar que a saída para o descaso com a natureza e outras formas que colocam a humanidade em risco está na necessidade urgente de se inverter a lógica predatória da ordem capitalista, racista e machista. Também temos pensadores acadêmicos que podem nos auxiliar em reflexões e na práxis da contracolônização. Ao final desta parte, listamos pensadores pós-coloniais e decoloniais que irão te inspirar!

Ao perguntarmos às/aos participantes do curso se, em seus países, os direitos humanos sofrem impactos determinados por questões de classe, raça/etnia ou gênero, obtivemos reflexões potentes que revelam realidades diversas, mas atravessadas por desigualdades históricas e estruturais.

No contexto do Brasil, as respostas destacam que o racismo estruturou as relações sociais a partir do colonialismo e da escravidão, interferindo diretamente no acesso a direitos fundamentais.

Foi ressaltado que as desigualdades sociais e econômicas limitam o acesso à saúde, educação, moradia, trabalho e justiça, afetando especialmente a população negra.

Ainda, foi apontado que as mulheres enfrentam restrições de direitos em função do patriarcado, expressas na desigualdade salarial e na violência de gênero. Também foi enfatizado que, embora os direitos humanos sejam formalmente universais, sua efetivação concreta no Brasil está marcada por desigualdades estruturais profundas.

Outras contribuições destacaram que, classe, raça e gênero estão conectados, e que no Brasil os negros são maioria entre os mais pobres, com menos acesso à educação e ao mercado

formal de trabalho, além de serem os principais alvos da violência policial. Além disso, foram lembradas as populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, que historicamente resistem às margens da sociedade após processos violentos de colonização. Também foi apontado que, mesmo com a formalidade dos direitos, as pessoas em melhores condições econômicas têm mais oportunidades de usufruí-los, evidenciando desigualdades no exercício da cidadania.

No contexto de Angola e Moçambique, algumas falas indicaram que o racismo opera de forma imensamente diferente do Brasil, em razão da matriz cultural africana que valoriza o pertencimento coletivo e o sentimento de irmandade entre os povos, independentemente da raça ou etnia. Por outro lado, foi destacado que questões étnicas exercem maior influência na organização social e podem gerar exclusões.

Também foi mencionado que os impactos das desigualdades de gênero, raça e etnia se fazem sentir especialmente entre mulheres e crianças que vivem em situações de maior vulnerabilidade, sobretudo em zonas mais afastadas e menos assistidas.

Essa diversidade de perspectivas reforça a importância de compreender os direitos humanos a partir dos contextos locais, reconhecendo os atravessamentos históricos, políticos e culturais que conformam as desigualdades e as resistências em cada território.

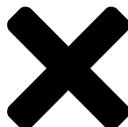
Acesse o **Mapa Interativo** e vejam pensadoras/pensadores que contracolonizam a construção de conhecimento a partir da nossa afrolatinoamericanidade, como diz Lélia Gonzalez.



✿ Mas o que é contracolônização?

Aqui no Brasil, o pensador quilombola Nego Bispo trabalha com o conceito da contracolônização, a partir de contraposições que, segundo ele, são antídotos para as formas de opressão:

- Pensamento monolítico desterritorializado
- Elaboração e estruturação vertical
- Colonização
- Desenvolvimento



- Pensamento pluralista territorializado
- Elaboração e estruturação circular
- Contracolônização
- Biointeração

Essa expressão se conecta com movimentos que consideram a urgência de se reverter e desafiar ideologias e práticas coloniais nos direitos humanos. Ou seja, os povos colonizados não ficaram calados mediante a história de violência e de opressão impetrada pelo colonialismo e consolidada no capitalismo.

Antes mesmo das revoluções burguesas da Europa, já havia lutas por liberdade e dignidade, à exemplo do quilombismo e insurreições negras no contexto urbano que aconteceram no Brasil. Como tão bem explicam Clóvis Moura, Abdias do Nascimento e Beatriz do Nascimento.

[Conheça Nego Bispo!](#)



Como canta Gilberto Gil,

Existiu um eldorado negro no Brasil

Existiu,

Viveu, lutou, tombou, morreu, de novo ressurgiu

Ressurgiu

Pavão de tantas cores, carnaval do sonho meu

Renasceu

Quilombo, agora, sim, você e eu

E é interessante observar que pouco tempo após a revolução na França, a então Colônia Francesa de São Domingos iniciou a primeira revolução negra nas américas, o que, depois de muitos anos de luta, culminou a independência do Haiti.

Uma ótima referência para conhecer mais é o livro *Jacobinos Negros*, de C. L. R. James.

Há ainda que destacarmos que os países africanos que eram colonizados por Portugal, implementaram processos revolucionários que culminaram na libertação em meados da década de 1970.

Os meninos à volta da fogueira

Vão aprender coisas de sonho e de verdade

Vão aprender como se ganha uma bandeira

Vão saber o que custou a liberdade

(Manoel Rui, Os meninos de Huambo)

E, é importante falarmos que a luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais como movimento negro, movimento feminista, movimento LGBTQIAPN+, movimento anticapacitista, foram vivências coletivas que viabilizaram a legitimação de direitos sociais, políticos, econômicos. Ou seja: os Direitos Humanos também são uma construção coletiva, forjada nas lutas populares do Sul Global e, do sul dentro no norte, como fala Grosfoguel.

*Gritem comigo pra essa gente ir embora
Gritem comigo, pois o povo já não chora [...]
Ninguém sabe bem como
O povo que ontem dormia
Hoje perdeu o sono
(Azagaia)*

Por tudo isso, contracolonizar os Direitos Humanos significa reconhecer essas histórias, valorizar os saberes locais e fortalecer as lutas coletivas por direitos e justiça. Significa transformar a dor em força, o silêncio em voz e exigir que os direitos se transformem em políticas públicas acessíveis a todas, todos e todes.

 **LGBTQIAPN+** é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/ Arromânticas/ Agênero, Pan/ Pôli, Não-binárias e mais;

 O **anticapacitismo** é a resistência ao preconceito que julga as pessoas por seus corpos (capacitismo), promovendo a falsa noção de que alguns são mais aptos que outros para trabalhar, aprender, amar, cuidar e viver em sociedade, expressos em atitudes e nos discursos;

 O **movimento negro** pode ser descrito como um conjunto diversificado de organizações formadas por pessoas negras em diferentes partes do mundo, que lutam, por meios pacíficos, pela conquista de direitos civis, políticos, econômicos e sociais, historicamente negados à população negra. As ações afirmativas são pautas desses movimentos, as quais visam equiparar desigualdades por meio de cotas e outras políticas;

 O **movimento feminista** engloba diversas correntes sociais, políticas e ideológicas que lutam pela equidade de direitos e oportunidades entre gêneros, enfrentando estruturas patriarcais e todas as formas de opressão baseadas no gênero.

PRINCÍPIOS DE DIREITOS HUMANOS CONTRACOLONIAIS

- Respeito às Diversidades Culturais.
- Participação das Comunidades Locais.
- Educação e Sensibilização.
- Políticas públicas e programas educacionais que abordam essa realidade de maneira a estimular o protagonismo infanto-juvenil, ações antirracistas e de luta por direitos.

ALGUMAS INDICAÇÕES DE FILMES:

- **Estas São as Armas (1986)** – Direção: Murilo Salles; Roteiro: Luís Bernardo Honwana
- **Emitaï (1971)** – Direção e Roteiro: Ousmane Sembène
- **Eu, Sua Mãe (1986)** – Direção: Safi Faye
- **O Tigre e a Gazela (1976)** – Direção: Aloysio Raulino
- **Quilombo (1984)** – Direção: Cacá Diegues
- **Confluências (2008)** – Direção: Dácia Ibiapina
- **O Juca dá Volta (2003)** – Direção: Nêgo Bispo e Júnia Torres
- **Sambizanga (1972)** – Direção: Sarah Maldoror; Roteiro: Sarah Maldoror e Mário Pinto de Andrade
- **Comboio da Canhoca (1989)** – Direção: Ruy Duarte de Carvalho
- **Na Cidade Vazia (2004)** – Direção: Maria João Ganga
- **Njinga, Rainha de Angola (2013)** – Direção: Sérgio Graciano
- **Independência (2015)** – Direção: Mário Bastos
- **Ilhéu de Contenda (1995)** – Direção: Leão Lopes
- **O Homem que Copiava (2003)** – Direção e Roteiro: Jorge Furtado
- **Que Horas Ela Volta? (2015)** – Direção e Roteiro: Anna Muylaert
- **Kirikou e a Feiticeira (Kirikou et la Sorcière, 1998)** – Direção e Roteiro: Michel Ocelot
- **Quanto Vale ou É por Quilo? (2005)** – Direção: Sérgio Bianchi
- **Ilha das Flores (1989)** – Direção e Roteiro: Jorge Furtado
- **Cidade de Deus (2002)** – Direção: Fernando Meirelles e Kátia Lund; Roteiro: Bráulio Mantovani
- **AmarElo (2020)** – Diretor: Fred Ouro Preto Produção: Evandro Fióti
- **Till - A Busca por Justiça (2022)** - Direção: Chinonye Chukwu

REFERÊNCIAS:

- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- GONZÁLES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia. LIMA, Marcia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GROPPPO, Luís Antônio. Introdução à Sociologia da Juventude. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- GROSGOQUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOQUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 55-77.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MBEMBE, Achille. A crítica da razão negra. 1ª. ed. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2014
- MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

- 
- ROCHA, Andréa Pires. Direitos humanos e os determinantes da colonialidade: racismo, colonialismo e capitalismo. Serviço Social Em Debate, 4(1). 2021
 - ROCHA, Andréa Pires; SANTOS, José Francisco. Ensino da História da África e da Diáspora Africana: instrumento para uma educação Afro-Latina-Americana antirracista. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 10,
 - BISPO, Antônio. Colonialismo, quilombos: modos e significações. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Terra de Direitos, 2015.
 - BISPO, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Nós Editorial, 2021.
 - BISPO, Antônio. Por uma educação quilombola: saberes e práticas do povo Kalunga. Brasília: INCT Brasil Plural; UFSC, 2021.
 - KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
 - KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
 - KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
 - KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

2

DIREITOS HUMANOS VOLTADOS À INFÂNCIA E JUVENTUDE: ELES EXISTEM, MAS FUNCIONAM?

Você sabia que existem muitas regras e acordos no mundo todo que dizem como crianças e adolescentes devem ser tratados? Pois é! São documentos internacionais que falam sobre proteção, participação, liberdade, justiça e dignidade para meninos como você. Alguns deles são bem antigos, outros mais recentes.

Veja nas próximas páginas as principais referências:

PRINCIPAIS NORMATIVAS INTERNACIONAIS SOBRE OS DIREITOS DA INFÂNCIA, JUVENTUDE, DAS MULHERES E ANTIRRACISTAS

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

Documento que reafirma que toda criança tem direito a proteção, educação, cuidados de saúde e condições adequadas de vida, defendendo o princípio do melhor interesse da criança. Inspirou legislações nacionais no mundo inteiro.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Reforça os direitos garantidos na Declaração Universal e detalha a responsabilização dos estados.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

É um dos principais tratados internacionais de direitos humanos da ONU.

1948

1948

1965

1966

1975

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Em tese propõe que seja assegurado que todas as pessoas tenham acesso à saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, educação e outros serviços sociais.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Obriga os Estados a eliminarem o racismo e a adotarem medidas que garantam a igualdade racial. Reconhece o impacto da escravidão e da colonização nas desigualdades contemporâneas.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES - ONU

Foi um dos primeiros documentos da ONU a reconhecer oficialmente os direitos humanos das pessoas com deficiência. PS: Na época as pessoas com deficiência eram chamadas de deficientes, mas isso mudou.

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (CEDAW)

Dessa convenção saiu um documento conhecido como a “Carta Internacional dos Direitos das Mulheres”. Estabelece o compromisso dos países em eliminar a discriminação baseada no gênero em todas as esferas e reforça o direito das meninas à uma infância livre de violência, casamento forçado e exploração.

REGRAS DE BEIJING – ONU

Determina regras mínimas para a administração da justiça juvenil, orientando como os países devem tratar adolescentes em conflito com a lei. Além disso, defendem alternativas à prisão e garantias de um julgamento justo.

REGRAS DE HAVANA

Também chamadas de Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, definem diretrizes sobre tratamento digno, educação, saúde e visitas familiares. Condenam abusos, isolamento e punições desumanas em instituições socioeducativas.

DIRETRIZES DE RIAD

Se voltam para a Prevenção da Delinquência Juvenil e incentivam políticas públicas focadas em educação, lazer, cultura e participação.

1979

1981

1985

1989

1990

CARTA AFRICANA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS

Também conhecida como Carta de Banjul, foi elaborada pela Organização da Unidade Africana (atual União Africana) em 1981 e entrou em vigor em 1986. O objetivo foi proteger e promover os direitos humanos e dos povos no continente africano, levando em consideração as realidades culturais, sociais e históricas da África.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA (CDC) – ONU

Essa é a norma internacional mais importante e abrangente sobre os direitos das crianças e adolescentes, reconhecendo-o como sujeitos de direitos. Foi ratificada por quase todos os países do mundo, com exceção dos EUA.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- OEA

Conhecida com Convenção de Belém do Pará, é o marco no combate à violência de gênero na América Latina. Reconhece que a violência contra mulheres e meninas viola os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

PROTOCOLO FACULTATIVO À CEDAW – ONU

Permite que indivíduos ou grupos denunciem violações dos direitos das mulheres diretamente ao Comitê da ONU. Instrumento importante para o enfrentamento da violência institucional de gênero.

CONVENÇÃO Nº 182 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

Trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação.

1991

1994

1996

1999

2001

COMITÊ SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA – ONU

Apresenta recomendações que interpretam a Convenção sobre os Direitos da Criança conforme as realidades atuais.

CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO (FAO)

Adota a definição de segurança alimentar como: “Acesso físico e econômico, de todas as pessoas, em todos os momentos, a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer suas necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.”

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE DURBAN – ONU

Resultado da Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban na África do Sul. Reafirma a necessidade do compromisso global no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata.



PARA ACESSAR OS OBJETIVOS, CLIQUE NA IMAGEM OU SCANEIE O QR CODE



DIRETRIZES VOLUNTÁRIAS SOBRE O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (FAO)

Oferecem orientações práticas aos Estados para realizar, proteger e respeitar o direito humano à alimentação adequada, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA – 2006 / ATUALIZAÇÃO EM 2017

Voltados aos direitos humanos de pessoas LGBTQIA+, são fundamentais para a proteção de crianças e adolescentes em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

AGENDA 2030 DA ONU

Criou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2004

2006

2006

2015-24

2030

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CDPD – ONU)

É a principal normativa internacional sobre o tema, afirmando que as pessoas com deficiência devem gozar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com as demais pessoas.

DÉCADA INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES - ONU

Incentivou os Estados a promover políticas públicas e reparações históricas para populações negras. Estimula estatísticas que considerem o quesito raça/cor, combate ao racismo institucional e valorização das culturas afrodescendentes.

ANGOLA

1. MARCO LEGAL PRINCIPAL

• Constituição da República de Angola (CRA, 2010) – Art. 80.º: garante direitos à vida, saúde, educação, lazer e proteção contra abandono, abuso, exploração e discriminação.

2. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

- Lei n.º 17/16: direito à educação primária gratuita e obrigatória até a 6.ª classe.
- Lei n.º 25/12: proteção integral da criança, deveres do Estado, famílias e comunidades.
- Lei n.º 22/11: proteção de órfãos e educação preventiva sobre HIV/SIDA.
- Lei n.º 3/14: proteção social de crianças vulneráveis e jovens em risco.

3. POLÍTICAS E PROGRAMAS

- Política Nacional da Juventude (2006).
- Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude (2023–2027).

4. OUTRAS NORMAS RELEVANTES

- Casamento infantil permitido entre 15-16 anos com autorização judicial (há pressões para mudar).
- Compromisso com a Educação Sexual Abrangente (ESA).

BRASIL

1. MARCO LEGAL PRINCIPAL

• Constituição Federal (1988) – Constituição Federal – Art. 227
É dever da família, da sociedade e do Estado garantir com absoluta prioridade o direito à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, convivência familiar e comunitária, lazer, liberdade, dignidade, respeito e à proteção contra toda forma de negligência, violência, exploração e discriminação.

2. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990): define deveres do Estado, família e sociedade.
- Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852/2013): garante direitos de jovens de 15 a 29 anos.
- Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288/2010) também trata da juventude (Art. 10, Inciso IV; Art. 13, inciso III; Art. 53, parágrafo único).

3. POLÍTICAS E PROGRAMAS

• No Brasil são várias as políticas nacionais articuladas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Infância e Adolescência Sobre os programas, a porta de entrada é o Cadastro Único e CRAS • Programas: Bolsa Família, Criança Feliz, ID Jovem, Pé-de-Meia, Dignidade Menstrual, Estágio e Jovem Aprendiz.

4. CANAIS DE DENÚNCIA

- Disque 100 (gratuito), Conselho Tutelar.

MOÇAMBIQUE

1. MARCO LEGAL PRINCIPAL

• Constituição da República (2004) – Art. 47 e 121: direito à proteção e ao desenvolvimento integral da criança. Constituição de 2004, com revisões em 2007, 2014 e 2018) reafirma com muita força os direitos das crianças, jovens e as obrigações do Estado em mantê-los e promover o seu desenvolvimento.

2. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

- Lei n.º 7/2008: assegura direitos à vida, saúde, nome, nacionalidade, educação, proteção.
- Lei da Juventude (Lei n.º 22/2010).

3. POLÍTICAS E PROGRAMAS

- Política Nacional da Juventude (Resolução n.º 9/2006).
- Programas: FDD, formação técnico-profissional, Casas da Juventude, campanhas contra casamentos precoces.

4. CANAIS DE DENÚNCIA

- Linha Verde (800 310 310), Procuradoria, Ação Social, PRM e Linha Fala Criança.

5. OUTRAS NORMAS RELEVANTES

- Lei da Família (Lei n.º 10/2004): protege contra casamento precoce e assegura igualdade.
- Lei n.º 19/2019: proíbe casamento antes dos 18 anos; prevê nulidade e responsabilização civil e penal.



SE VOCÊ QUER ESSE LEVANTAMENTO COM
MAIS INFORMAÇÕES SCANEIE O QR CODE
OU CLIQUE [AQUI!](#)



Direitos no papel não bastam: o desafio da efetivação de direitos para as infâncias e juventudes do Sul Global

Ufa, quanta coisa, né?! Quando a gente olha para esse tanto de normativas internacionais e nacionais, sejam convenções globais, constituições, políticas públicas ou declarações sobre os direitos das crianças e dos jovens, corremos o risco de acreditar que os direitos estão, enfim, garantidos. Mas basta olhar ao redor, nas periferias urbanas, nas comunidades rurais, nos bairros populares e nas escolas públicas, para perceber que a realidade é bem diferente.

Então a pergunta que fica é: por que, mesmo com tantas leis, ainda tem tanta criança passando fome? Por que jovens negros seguem sendo alvos da violência policial? Por que tantos adolescentes e jovens não têm acesso à escola de qualidade, à saúde ou ao lazer?

A resposta é direta: só ter lei no papel não muda a realidade. Como diz a pesquisadora Cida Bento (2022), é preciso mexer nas estruturas, questionar os valores das instituições e repensar as regras que mantêm o racismo, o machismo e a desigualdade funcionando como se fossem “normais”. É aí que entra a proposta de contra-colonizar os direitos humanos, ou seja, ir além da formalidade e perguntar com sinceridade:

Essas normas chegam até as crianças e jovens do Sul Global?

Têm protegido a juventude periférica, indígena, negra, LGBTQIAPN+?

Têm chegado aos distritos mais empobrecidos, às comunidades tradicionais, às zonas rurais?

A realidade em países como Brasil, Angola e Moçambique revela que não. Apesar dos compromissos assumidos e da existência de políticas públicas voltadas à infância e juventude, a garantia efetiva dos direitos ainda enfrenta barreiras profundas.

A violência policial atinge especialmente os jovens das periferias urbanas. Há ainda, situações em que a corrupção desvia recursos que deveriam fortalecer escolas, hospitais e serviços sociais. O racismo, o sexismo, o capitalismo segue estruturando exclusões históricas e desigualdades regionais. Crianças e adolescentes deixam a escola para trabalhar, enfrentam salas de aula superlotadas, escolas sem materiais e hospitais sem medicamentos. E quando tentam se organizar para reivindicar melhorias, enfrentam repressão, perseguições e até assassinatos de defensores de direitos.

Esses problemas não são exceções — são expressões das heranças coloniais e patriarcais que continuam a moldar nossas sociedades. Como nos lembra bell hooks: “Sem uma transformação das estruturas que sustentam a dominação, não há verdadeira mudança.” Por isso, conhecer os direitos é só o começo. Precisamos aprofundar a reflexão sobre por que eles ainda não se realizam plenamente e agir coletivamente — fortalecendo nossas comunidades, denunciando abusos e desigualdades, cobrando políticas públicas de verdade e valorizando o protagonismo das juventudes.

A educação, nesse processo, é uma aliada fundamental. É por meio dela que podemos sensibilizar, politizar e fortalecer visões críticas sobre os direitos e sobre as práticas que nos excluem. Uma educação que valorize as diversidades culturais e sociais, que estimule o protagonismo juvenil e promova a luta coletiva.

COMO CANTA O RAPPER BRASILEIRO EMICIDA: “TUDO, TUDO, TUDO, TUDO QUE NÓIS TEM É NÓIS”. SE NÃO FOSSEM AS LUTAS HISTÓRICAS DOS NOSSOS POVOS, NADA TERÍAMOS.

Por isso, a luta por justiça, dignidade, equidade e direitos que sejam vividos, sentidos e garantidos no cotidiano de todos, todas e todes deve ser nosso farol. Então, a educação crítica e engajada é um importante instrumento para a luta coletiva. A gente precisa se organizar, resistir e fazer nossas vozes ecoarem.

Engajamento Comunitário:

- Parcerias com Escolas Locais: Desenvolver programas de tutoria ou atividades extracurriculares que enfatizem direitos da criança.
- Projetos Culturais e Artísticos: Utilizar a arte para expressar e educar sobre direitos e desafios enfrentados pelas crianças e jovens.
- Pesquisa e Desenvolvimento: Estudos de Caso e Pesquisa Acadêmica
- Promover pesquisas que avaliem o impacto das normativas internacionais em ambientes locais.
- Publicações e Relatórios: Criar um canal de divulgação dos resultados de pesquisa e boas práticas identificadas.

Implementação e Avaliação:

- Planejamento e Gestão de Projetos: Orientações sobre como estruturar projetos eficazes com base nas normas internacionais.
- Monitoramento e Avaliação: Como medir o impacto e a eficácia dos projetos implementados.

3

INSPIRAÇÕES EM PAULO FREIRE, CONCEIÇÃO EVARISTO E BELL HOOKS

Quando tratamos de contracolonizar os direitos à infância e à juventude, é preciso que conheçamos pensadores que apontem as experiências dos sujeitos como centrais para discutir a política e a educação. São muitas/os as/os pensadores e pensadoras que podem inspirar as ações de pessoas, coletivos e universidades comprometidas com mudanças concretas na realidade social. Mas aqui iremos falar de três deles: Paulo Freire, bell hooks e Conceição Evaristo pois oferecem ferramentas valiosas para desenvolver práticas educativas e sociais mais inclusivas e libertadoras para crianças e jovens.

Esses/as pensadoras/es que apontaram a importância de desafiar as estruturas dominantes por meio da palavra, da escuta e do afeto. Em suas obras, as/os autoras/es demonstraram a importância de uma educação que questione contra-hegemônicas por não seguirem a lógica dominante, desafia as estruturas coloniais, racistas e capitalistas. Suas reflexões nos possibilitam pensar os direitos humanos não como normas distantes, mas como demandas que se constroem cotidianamente, em especial por crianças e jovens historicamente marginalizados nas periferias do capitalismo. A seguir, tratamos brevemente de seus legados e demonstramos de que forma nos ajudam a construir práticas educativas e sociais inclusivas, críticas e libertadoras.



Paulo Freire: Educação como Prática da Liberdade

*Ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão.
Paulo Freire*

Paulo Freire, educador popular brasileiro mundialmente reconhecido, contribuiu para a criação de uma pedagogia que rompe com a lógica da educação bancária, que “deposita” e impõe os conhecimentos aos estudantes, para criar uma educação libertadora, baseada no diálogo e na autonomia dos sujeitos. Para Freire, o conhecimento se constrói de forma conjunta entre educador e educando, partindo de sua visão de mundo e dos conhecimentos que advêm de sua realidade. Nesse contexto, o espaço educacional também é espaço para denúncia das opressões e para tratar dos anseios de transformação da realidade, pois

*É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar;
porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.
Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.
Esperançar é se levantar,
esperançar é ir atrás,
esperançar é construir,
esperançar é não desistir,
esperançar é levar adiante,
esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo..
(Paulo Freire)*

Então, aprendemos com Paulo Freire, que mesmo diante de tantas violências e opressões e, justamente por isso, o esperançar por um mundo melhor deve ser nosso combustível!

CONHEÇA O INSTITUTO
PAULO FREIRE ATRAVÉS DO QR
CODE OU CLIQUE [AQUI!](#)





bell hooks: Movimentos de Amor e Educação Crítica

*Aprender a transgredir é aprender a resistir
às estruturas que nos aprisionam.
bell hooks*

bell hooks foi uma pensadora feminista negra que desafiou tanto o racismo quanto o sexismo, a partir de uma abordagem política e afetiva da educação, ela, inclusive, recebe influências de Paulo Freire!!! Para bell hooks, ensinar é um ato de esperança e coragem, pois demanda o reconhecimento do sujeito enquanto indivíduo que é racializado, possui uma identidade de gênero/sexualidade e pertence a uma classe social. Segundo ela, “o patriarcado nos ensina que dominação é natural, mas o feminismo nos mostra que o amor e o cuidado devem ser centrais”, portanto, “o feminismo é para todo mundo porque diz respeito a justiça”. Defendia a importância do cuidado e do afeto na prática pedagógica, sendo importantes, no ambiente de aprendizado, a escuta e o acolhimento. Ela nos diz que “a educação como prática da liberdade afirma que o conhecimento não deve ser apenas consumido — ele deve ser transformador. Quando analisamos, pela perspectiva de bell hooks, os direitos das crianças, adolescentes e jovens, podemos tratar do direito à educação como direito que não se restringe ao acesso a escolas e ao ensino formal, mas que engloba a forma como esse ensino se dá, se é com base no acolhimento, no afeto, na legitimação das experiências e da individualidade dos estudantes. E, para ela, “o amor é uma ação, nunca apenas um sentimento. A escolha de amar é a escolha de nos conectar — de encontrar no outro a nossa humanidade compartilhada.” Ou seja, aprendemos com bell hooks que o amor é um ato revolucionário!

ASSISTA A ENTREVISTA COM BELL
HOOKS SCANEANDO O QR CODE
OU CLIQUE [AQUI!](#)





Conceição Evaristo: A Voz e a Experiência Vivida

*A nossa escrevivência não pode ser lida como
história de ninar os da casa-grande, mas sim
para incomodá-los em seus sonhos injustos
(Conceição Evaristo)*

Conceição Evaristo é uma professora e escritora brasileira, cujas obras, além de literárias, são políticas e tratam de racialidade, antirracismo, memória e ancestralidade. Ela construiu e popularizou o termo escrevivência, utilizado para designar a escrita que se origina da vivência, em especial da vivência de mulheres negras, que, para além de arte, se concretiza como ato político, advindo da opressão e da resistência. A escrevivência é uma ferramenta que, assim, descoloniza a linguagem e não se molda, e nem almeja, os padrões literários eurocêntricos. Permite que as/os jovens e crianças vejam que suas vivências e as formas como se expressam, são legítimas, e o ato de retratá-las por meio da escrita é, assim, forma de resistência e denúncia. São exemplos da escrevivência na prática os saraus, slams e batalhas de rimas, que se popularizam em meio à juventude e representam formas de exprimir o direito de acesso à cidade e à cultura. Afinal de contas, como enfatiza Conceição Evaristo em um de seus textos “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”. Ao refletirmos acerca dos direitos das crianças e jovens, a partir da escrevivência, podemos enxergar essa ferramenta como forma de identificar as angústias, necessidades, ao mesmo tempo em que, coloca crianças e jovens na condição de agentes políticos e protagonistas.

VEJA MAIS SCANEANDO OS QR CODES OU
CLICANDO NOS LINKS:



[ENTREVISTA SOBRE
ESCREVIVÊNCIA](#)



[@Casaescrevivenciaoficial](#)



[@Nucleoperiferico](#)

INTEGRAÇÃO DE IDEIAS

Os autores que retratamos neste capítulo nos oferecem ferramentas para contra-colonizar a educação e as relações, nos possibilitando pensar em novos horizontes para os direitos da infância e juventude. Juntos, eles nos mostram que a partir da educação, podemos construir os direitos humanos com os pés no chão e coração aberto.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, bell. **Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

ALGUNS EXEMPLOS DO UNIVERSO DA LITERATURA QUE CONTRACOLONIZA!

- A História de Júlia e sua sombra de menino – Anne Bozellec e Christian Bruel (França)
- A menina que queria ir para a escola – Adriana Carranca (Brasil)
- A noite é um silêncio que tem cor – Emicida (Brasil)
- A rainha Ginga – José Eduardo Agualusa (Angola)
- Acompanhando meu pincel – Dulari Devi (Índia)
- Amora – Emicida (Brasil)
- Amores de Artistas – Sonia Rosa (Brasil)
- Becos da Memória – Conceição Evaristo (Brasil)
- Canção para ninar menino grande – Conceição Evaristo (Brasil)
- Capitães da Areia – Jorge Amado (Brasil)
- Cordéis para Crianças Incríveis – várias autorias (Brasil)
- Crianças como você – UNICEF (Diversos países)
- De passinho em passinho: um livro para dançar e sonhar – Otávio Júnior (Brasil)
- Defeito de cor – Ana Maria Gonçalves (Brasil)
- Doramar ou a Odisseia – Itamar Vieira Junior (Brasil)
- E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas – Emicida (Brasil)
- Letras de carvão – Irene Vasco e Juan Palomino (Colômbia/México)
- Malala: a menina que queria ir para a escola – Adriana Carranca (Brasil)
- Mayombe – Pepetela (Angola)
- Menina bonita do laço de fita – Ana Maria Machado (Brasil)
- Meu avô africano – Carmem Lúcia Campos (Brasil)
- Niketche: uma história de poligamia – Paulina Chiziane (Moçambique)
- O Alegre Canto da Perdiz – Paulina Chiziane (Moçambique)
- O lápis cor da pele do menino marrom – Ana Maria Machado (Brasil)
- O Mundo Black Power de Tayó – Kiusam de Oliveira (Brasil)
- O mundo no Black Power de Tayó – Kiusam de Oliveira (Brasil)
- O pequeno príncipe preto – Rodrigo França (Brasil)
- O que é a Liberdade? – Renata Bueno (Brasil)
- Ponciá Vicêncio – Conceição Evaristo (Brasil)
- Poesia 043 – Menor NPR (Brasil)
- Sona: contos africanos desenhados na areia – Rogério Andrade Barbosa (Brasil/África)
- Todas as cores da Terra – Aloma e Isabela Santos (Brasil)
- Torto Arado – Itamar Vieira Junior (Brasil)
- Canção para Ninar Menino Grande - Conceição Evaristo
- O Aveso da Pele - Jeferson Tenório

PARTE FINAL:

EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS

Aqui, queremos mostrar exemplos concretos de projetos inovadores e criativos que alinham o compromisso coletivo com ações práticas voltadas à infância e juventude. São ações concretas, realizadas por jovens, coletivos e organizações comunitárias, que estão construindo, na prática, um outro modo de viver os direitos humanos nas periferias. Buscamos projetos que nascem e resistem nas periferias urbanas e rurais, com protagonismo local, criatividade coletiva e compromisso com a justiça social.

EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS DO BRASIL

Para as experiências do Brasil tivemos como fonte os projetos contemplados com o Prêmio “Cidadania na Periferia”, promovido em 2024 pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). A seleção foi feita a partir de seis eixos temáticos, que também guiaram nossa escolha. Assim, dentre tantas experiências incríveis, que nascem da escuta, do afeto e da resistência coletiva, tivemos a difícil tarefa de escolher alguns para publicizar nessa cartilha.

Coletivo de Mídia Independente e Popular Sargento Perifa, surgiu por meio da iniciativa de moradores da comunidade do Córrego do Sargento, no bairro Linha do Tiro, em Recife. O coletivo tem como objetivo ser uma alternativa à mídia tradicional local, que reforça preconceitos e estereótipos contra a comunidade, propagando uma visão marginalizada. Saiba mais [aqui](#).



Casa Marielle Franco, é um espaço de acolhimento para mulheres e população LGBTQIAPN+ que se encontram em situação de violência e risco de vida, localizada em Salvador - BA. O espaço abriga temporariamente mulheres, acompanhadas ou não de filhos menores de 18 anos, e pessoas pertencentes à população LGBTQIAPN+, a fim de assegurar sua integridade física e psicológica. Saiba mais [aqui](#).



Projeto Inclusivo Expressar, é uma iniciativa voluntária, oferece aulas gratuitas de balé para crianças com e sem deficiência, atuando com sede em São Gonçalo - RJ, no Espaço Inclusivo Expressar, e em Niterói - RJ, no espaço da Bem Biblioteca. Saiba mais [aqui](#).



SerTão Mulher, a saga das Marias: arte, cultura e empreendedorismo às margens do Brasil, é um projeto que integra o Instituto Artístico Cultural Sertão Vivo, atua no município de Paripiranga no sertão da Bahia ministrando aulas de teatro e empreendedorismo para mulheres na região de Quixaba em Paripiranga. A iniciativa oportuniza às mulheres sertanejas da terceira idade experienciar o contato com os benefícios do teatro, o empoderamento, autonomia, criticidade, além de ser um espaço de rede de afeto. Saiba mais [aqui](#).



Horta Comunitária CRAS Betinha, surgiu como uma iniciativa de líderes comunitários no município de Santa Cruz do Rio Pardo - SP. O projeto envolve os moradores da Vila Divinéia e oferece alimentos orgânicos para a comunidade. Atividades com a participação das crianças visa a aprendizagem na prática de como funciona o cultivo das hortaliças e compreender a importância da segurança alimentar. Saiba mais [aqui](#).



Ekokilombo, é uma organização que atua na região da Barra de Gramame, em João Pessoa, na Paraíba, fundada por Adin Adinkra. A organização objetiva o fortalecimento da cultura, dos direitos humanos e dos cuidados com o meio ambiente, tendo como foco a atuação em comunidades tradicionais e periféricas. Na parte da educação e cultura, o Ekokilombo desenvolve iniciativas como o EducaErê. Saiba mais [aqui](#).



EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS EM MOÇAMBIQUE

As experiências de Moçambique foram indicadas pelos/as parceiros do projeto.

Associação Feminista Sócio - Cultural Horizonte Azul (ASCHA): É uma organização que trabalha em defesa de Direitos Humanos, junto das Meninas e Mulheres Jovens diversas dos bairros periféricos e comunidades rurais em Moçambique. Com dinamismo, determinação e orgulho das nossas identidades sócio - culturais, constroem em aliança com movimentos e coletivos, praticando o empoderamento feminista para que Meninas e Mulheres Jovens ganhem tenham o controle sobre os seus corpos e o seu destino, gozando de autonomia e liberdade e vivendo livres de todas as formas de discriminação, opressão e violência. Saiba mais [aqui](#).



Associação Acadêmica e de Inovação Espinha Dorsal - AAIED, é uma organização sem fins lucrativos sediada em Maputo, Moçambique, voltada à promoção de uma comunidade informada e participativa. Suas ações se organizam em três pilares fundamentais: educação e cidadania; saúde, gênero e ambiente; e ciência e tecnologia. Atuando no campo da defesa de direitos sociais, valoriza a partilha de ideias construtivas e experiências de sucesso, prezando pela igualdade de direitos e oportunidades para todos. Saiba mais [aqui](#).



No Semáforo Também Se Aprende, iniciativa que surge como uma resposta concreta e urgente aos desafios enfrentados por muitas crianças e jovens moçambicanos que, por falta de oportunidades, vivem e trabalham nas ruas da cidade de Maputo. O projeto utiliza uma metodologia criativa para estimular o aprendizado e a permanência desses jovens na educação, evidenciando que a escola pode acontecer em espaços improváveis e que o direito à educação deve ser garantido independentemente das condições sociais. Veja [aqui](#).



EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS EM ANGOLA

No caso de Angola, trouxemos 5 iniciativas premiadas no Desafio Genial, organizado pela Unicef e teve como objetivo transformar desafios sociais em oportunidades com impacto positivo e contou com participação de mais de 500 jovens de diferentes províncias de Angola, com diversas iniciativas inclusivas e sustentáveis.

Biorec, é uma startup dedicada à produção de próteses ortopédicas a partir de plásticos recolhidos do mar, cuja missão vincula duas frentes: poluição marinha e a falta de acesso a próteses de qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade. O projeto se situa em Luanda, é composto por especialistas em engenharia de materiais, profissionais de saúde e ambientalistas. Juntos, trabalham para garantir próteses de qualidade e eficazes, com a utilização de tecnologia avançada. Saiba mais [aqui](#).

Ecohelp é uma iniciativa que surgiu do desejo de três jovens em melhorar a realidade de suas comunidades por meio da sustentabilidade. O objetivo é empoderar jovens em situação de vulnerabilidade social, ensinando-os a fabricar tijolos ecológicos a partir de resíduos plásticos. Trazer uma solução prática para a falta de habitação e o acúmulo de lixo nos territórios. O projeto é formado por jovens de Luanda mobilizados mediante as necessidades de suas comunidades. Promove a geração de renda e estimula consciência ambiental por meio da reciclagem e da preservação.

O **Gray Star** é uma iniciativa que visa melhorar a experiência de transporte público por meio da criação de um aplicativo inovador que rastreia autocarros/ônibus em tempo real. Assim, buscam otimizar as viagens por transporte público. Além disso, oferece funcionalidades para melhorar a experiência dos usuários, ao notificarem atrasos ajudam os passageiros a se organizarem e, além disso, envolvem recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência. A equipe de Luanda é composta por jovens especialistas em tecnologia, transporte e design.

Mwana, é uma iniciativa voltada à criação de um sistema de sondagem e cadastramento voltado a crianças com possíveis transtornos de aprendizagem. Seu objetivo é oferecer diagnósticos precisos e personalizados, a fim de encaminhar essas crianças para oportunidades educacionais e profissionais condizentes com seus talentos e habilidades. O sistema utiliza ferramentas tecnológicas avançadas e conta com parcerias com instituições de ensino e organizações empregadoras, possibilitando a construção de trajetórias formativas mais justas. A equipe da Mwana é composta por especialistas em psicopedagogia, tecnologia educacional e desenvolvimento de software, atuando em colaboração com educadores e profissionais da saúde. A iniciativa tem origem na província de Luanda e está alinhada ao compromisso de garantir apoio efetivo às famílias, promovendo um futuro mais promissor para crianças em situação de vulnerabilidade.

Viva Surdo, é uma iniciativa dedicada à inclusão produtiva de pessoas surdas por meio da oferta de cursos técnicos profissionalizantes adaptados à Língua Gestual Angolana. As formações abrangem diversas áreas, como eletricidade, canalização, pastelaria, culinária, decoração, instalação de fios e climatização. A proposta busca promover autonomia e inserção no mercado de trabalho, aliando educação inclusiva ao incentivo ao autoemprego. A iniciativa também oferece apoio financeiro e fornece ferramentas essenciais para que os alunos iniciem suas atividades profissionais com segurança e dignidade. A equipe do Viva Surdo é formada por profissionais experientes e intérpretes comprometidos com a construção de ambientes de aprendizagem acessíveis, acolhedores e emancipatórios.

PARA SABER MAIS SOBRE ESSAS
INICIATIVAS, SCANEIE O QR CODE
OU CLIQUE [AQUI](#).



AS INSPIRAÇÕES QUE FICAM

As experiências inspiradoras reunidas na cartilha revelam conexões potentes entre projetos desenvolvidos em Angola, no Brasil e em Moçambique, evidenciando compromissos comuns com os direitos humanos, a justiça social e o protagonismo comunitário. Apesar das especificidades de cada território, observamos que todas as iniciativas partem de contextos marcados por desigualdades históricas e estruturais, propondo soluções enraizadas na realidade local e conduzidas por jovens, mulheres, lideranças periféricas e coletivos comunitários.

Um dos principais pontos de convergência entre essas ações é o compromisso com a defesa dos direitos humanos a partir de práticas concretas voltadas a crianças, adolescentes, juventudes,

mulheres, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+ e outros grupos colocados em condição de vulnerabilidade. Trata-se de um ativismo cotidiano que articula acolhimento, formação, cuidado e criação de oportunidades.

Destacamos também o protagonismo da juventude como sujeito ativo da transformação social. Em diferentes contextos, jovens lideram processos criativos, educativos e políticos que desafiam a invisibilidade e afirmam novos futuros possíveis. Projetos como o Gray Star (Angola), Ecohelp (Angola) e o coletivo Sargento Perifa (Brasil) ilustram como os jovens vêm criando alternativas tecnológicas, comunicacionais e ambientais a partir de seus próprios territórios.

Outro elo fundamental é a valorização de formas descolonizadoras de educação. Iniciativas como o Projeto Expressar (Brasil), o Viva Surdo (Angola) e a ação pedagógica No Semáforo Também Se Aprende (Moçambique) propõem experiências educativas inclusivas e sensíveis, que rompem com os moldes tradicionais e acolhem a diversidade dos sujeitos. Essas práticas estão fortemente inspiradas em pedagogias populares e antirracistas, como as de Paulo Freire e bell hooks.

A dimensão ambiental também atravessa os projetos, com ações que aliam sustentabilidade à geração de renda, como fazem a Biorec (Angola), a Ecohelp (Angola) e o Ekokilombo (Brasil). Em comum, há o reconhecimento de que os problemas sociais e ecológicos são interdependentes, exigindo respostas coletivas que cuidem da vida e dos territórios.

A luta por igualdade de gênero e autonomia feminina se expressa de maneira marcante em experiências como a Casa Marielle Franco (Brasil), o projeto SerTão Mulher (Brasil) e a associação ASCHA (Moçambique), que fortalecem redes de afeto, proteção e empoderamento em contextos de vulnerabilidade e violência.

Por fim, todas as iniciativas partilham a construção de uma convivência comunitária baseada na solidariedade, no pertencimento e no fortalecimento de laços locais. Essa vivência coletiva se constitui como um território político de resistência, onde o cuidado é também um gesto de luta e esperança. Essas conexões revelam que, embora diversas em suas formas, as experiências compartilham uma mesma aposta: transformar o mundo a partir das margens, com criatividade, afeto e justiça. E, que podem potencializar luta coletiva por direitos humanos e a garantia de políticas públicas efetivas e comprometidas com novas sociabilidades.



CONSIDERAÇÕES QUE JAMAIS SERÃO FINAIS

“Experiência de trocas muito potentes! A gente nunca sai como entrou... e é assim que vamos prosseguir!”

“Aprendizado sobre nós mesmos e sobre os outros, poder entender outras culturas. Um curso que tem muito a agregar com o intercâmbio proposto!”

“As experiências das irmãs de África são inspiradoras e muito diversas. Gratidão pela possibilidade de compartilhar com vocês tantos conhecimentos.”

“O curso ampliou minha visão sobre direitos humanos, destacando a importância de escutar contextos locais e descolonizar práticas em defesa da infância, juventude e adolescência.”

“Gostei demais do curso de uma forma geral. Temas super pertinentes, metodologia muito dinâmica. Uma experiência muito rica, especialmente com a troca de vivências com as irmãs de Angola e Moçambique.”

“Foi uma experiência enriquecedora. Acredito que a formação teve muito bom tom, e também a forma de integração dos participantes foi excelente. Gostei muito da didática aplicada, da sabedoria e do diálogo.”

“Gostei bastante de participar do curso. Saio dele com muitas ideias e esperança. Experimentei estar em contato com pessoas de outras regiões e países, e isso foi muito bacana.”

Acima trazemos relatos sensíveis de participantes do curso

Contracolonizando Direitos Humanos, Infância e Juventude, que foi, para além de uma proposta formativa, uma vivência de intercâmbio entre pessoas de Angola, Brasil e Moçambique. A experiência revelou-se potente e transformadora.

E você talvez esteja se perguntando: e a extensão universitária, como que fica? Das experiências extensionistas que nos trouxeram até aqui, demarcamos os projetos Aquilombando a Universidade e o Observatório Juventude(s), Direitos Humanos e Antirracismo. Também destacamos o ebook *Escrevivências do Esperançar*. A partir desses projetos, temos tido a oportunidade de aprender e trocar de forma intensa e profunda!

Então, se não falamos abertamente de extensão ao longo da cartilha, é porque estamos justamente tentando mostrar que ações extensionistas — independentemente da área de atuação — precisam, antes de tudo, dialogar com a práxis contracolonizadora. Só assim podemos efetivar micro-revoluções no universo acadêmico, tão marcado por práticas racistas, excludentes, elitistas e colonizadoras.

É nesse horizonte que nos assentamos nas reflexões de Paulo Freire, no ensaio *Extensão ou Comunicação?*, escrito em 1968, durante seu exílio no Chile. É interessante observar como ele propõe um diálogo aberto e franco sobre ações de extensão universitária realizadas por agrônomos com camponeses. Nessa obra, ele nos ensina que estender saberes não é o mesmo que depositá-los. Quando a extensão se limita a “levar algo pronto” até alguém, corre o risco de repetir lógicas colonizadoras, negando a potência que cada pessoa e comunidades já carregam consigo.

Freire nos convida a outro caminho: o da comunicação verdadeira, da troca viva entre sujeitos que se reconhecem e se escutam. É nesse encontro — e não na imposição — que o conhecimento ganha sentido. É quando caminhamos juntas, com humildade e abertura, que aprendemos de fato.

Que nossa práxis extensionista siga sendo espaço de partilha, escuta e encantamento com os saberes que brotam dos territórios, das experiências e dos sonhos de quem constrói, dia a dia, a esperança em uma nova sociedade.

E, se você chegou até aqui na leitura desta cartilha, esperamos ter contribuído com o fortalecimento de ações já existentes, inspirado práticas futuras e estimulado a multiplicação e a troca de saberes. Somente assim jamais abandonaremos a perspectiva coletiva, a força da luta e o afeto da arte!

Estamos juntos!

CONHEÇA OS PROJETOS E BAIXE GRATUITAMENTE O E-BOOK:



Observatório Juventude(s),
Direitos humanos e Antirracismo.



Aquilombando a Universidade.



E-BOOK Escrevivências
do Esperançar

ORGANIZAÇÃO:

PPGSER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA SOCIAL



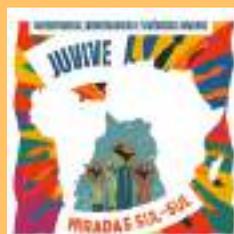

UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



proex
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



PROPPG
PRÓ-REITORIA
DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO




CAPES


CNPq



ISBN 978-65-265-2116-8



9 786526 521168 >